ISSN: 2358-8829

ENTRE ORIENTAR E ACOLHER: A ATUAÇÃO DA GESTÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rayara de Carvalho Alves [1]

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade promover o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, em articulação com a ação da família e da comunidade. Essa compreensão exige que as instituições educativas reconheçam a criança como sujeito de direitos e considerem as diferentes experiências sociais, culturais e afetivas que atravessam sua vida. Em contextos marcados por desigualdades sociais, esse compromisso demanda atenção às condições concretas em que as crianças vivem, sem reduzir suas trajetórias às dificuldades que possam enfrentar.

No cotidiano da Educação Infantil, a gestão pedagógica ocupa uma posição importante na articulação entre as práticas educativas, o trabalho dos profissionais e a relação com as famílias. Sua atuação não se limita à organização administrativa: envolve a mediação de situações, a construção de espaços de diálogo e o acompanhamento de demandas que interferem na participação das crianças e na continuidade do trabalho pedagógico. Nesse sentido, orientar e acolher não são ações opostas. A orientação ganha consistência quando se constrói a partir da escuta e do reconhecimento das famílias como interlocutoras do processo educativo.

As contribuições de Vygotsky permitem compreender o desenvolvimento humano em relação com as interações sociais e com os contextos culturais nos quais a criança participa. Winnicott, por sua vez, oferece elementos para refletir sobre a relevância de ambientes que proporcionem segurança e sustentação emocional. Essas perspectivas não explicam, isoladamente, cada situação vivenciada na escola, mas ajudam a considerar o

[1] Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió–AL, rayaraalvescarvalho@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

desenvolvimento infantil de forma contextualizada e a reconhecer a importância das relações estabelecidas nos diferentes espaços da vida da criança.

Este artigo apresenta um relato de experiência relacionado à atuação profissional como auxiliar de coordenação pedagógica em uma instituição de Educação Infantil em território caracterizado por situações de vulnerabilidade social. O texto parte de observações do cotidiano escolar, de atendimentos a familiares e de ações de orientação e acompanhamento realizadas no contexto profissional. A reflexão não pretende avaliar ou classificar as famílias, mas discutir os desafios e as possibilidades da atuação pedagógica diante de demandas relacionadas ao cuidado, à aprendizagem e ao desenvolvimento infantil.

A questão que orienta a reflexão é: como a gestão pedagógica pode articular acolhimento, orientação e acompanhamento das famílias diante de demandas relacionadas ao cuidado e ao desenvolvimento infantil na Educação Infantil, considerando as desigualdades sociais sem atribuir a elas explicações únicas para as situações observadas? O objetivo é analisar as estratégias construídas no cotidiano da gestão para dialogar com as famílias, acompanhar necessidades percebidas no contexto escolar e favorecer a parceria entre escola e família.

A relevância do relato está em sistematizar aprendizagens de uma prática profissional que exige equilíbrio entre a responsabilidade de comunicar preocupações pedagógicas e o compromisso de preservar o respeito às famílias. Ao longo do texto, discutem-se a relação entre desenvolvimento e contexto, a indissociabilidade entre cuidar e educar, a escuta como estratégia de gestão e os limites da atuação escolar.

METODOLOGIA

O trabalho caracteriza-se como relato de experiência de abordagem qualitativa, elaborado a partir da reflexão sobre práticas profissionais desenvolvidas no exercício da função de auxiliar de coordenação pedagógica em uma instituição de Educação Infantil. A abordagem qualitativa é pertinente à proposta por permitir uma leitura interpretativa de situações do cotidiano e das relações estabelecidas entre os sujeitos, sem pretensão de mensuração ou de generalização estatística.

O material que sustenta a reflexão é constituído pelas observações do cotidiano escolar, pelos atendimentos realizados com familiares e pelo acompanhamento de

ISSN: 2358-8829

situações relacionadas à participação das crianças nas atividades pedagógicas. Também são consideradas ações de escuta, orientação, articulação com professores e equipe multidisciplinar, acompanhamento posterior das orientações e encaminhamentos a outros profissionais ou serviços, quando pertinentes.

A análise foi organizada de maneira descritiva e reflexiva, tomando como foco as situações que evidenciaram desafios na comunicação entre escola e família, na compreensão das necessidades das crianças e na continuidade do acompanhamento.

DESENVOLVIMENTO INFANTIL, INTERAÇÕES E CONTEXTO SOCIAL

A compreensão do desenvolvimento infantil requer considerar a criança em relação com as pessoas, os objetos, as práticas culturais e os espaços dos quais participa. Na perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, as interações sociais e a mediação desempenham papel importante na constituição das funções psicológicas e na aprendizagem. A criança não se desenvolve de forma isolada; suas experiências são construídas em relações concretas e em contextos socioculturais determinados. Essa perspectiva convida a escola a observar não apenas o desempenho apresentado em uma atividade, mas também as condições de participação e formas de interação com seus pares.

Aplicada à gestão pedagógica, essa compreensão implica evitar interpretações apressadas sobre comportamentos infantis. Uma dificuldade de permanecer em uma vivência, por exemplo, pode ser descrita como uma observação do cotidiano, mas não permite, por si só, concluir sua causa ou atribuir à criança uma condição clínica. É necessário considerar a situação em que o comportamento ocorre, a organização da proposta, as interações estabelecidas e as estratégias de mediação disponíveis. Quando a escola compartilha suas observações com a família, deve fazê-lo com precisão, distinguindo o que foi observado daquilo que ainda precisa ser compreendido.

O contexto social é uma dimensão relevante para a reflexão, mas não deve funcionar como explicação automática. Assim, uma leitura contextualizada não significa presumir que a vulnerabilidade determine as práticas familiares; significa reconhecer que as condições materiais e sociais podem compor o cenário em que as relações de cuidado e educação acontecem.

ISSN: 2358-8829

CUIDADO, SEGURANÇA EMOCIONAL E AMBIENTE EDUCATIVO

As contribuições de Donald W. Winnicott sobre a importância de um ambiente suficientemente bom permitem refletir sobre a função das relações de cuidado na constituição emocional da criança. O conceito remete à relevância de uma sustentação ambiental sensível às necessidades infantis, especialmente nos primeiros anos de vida. No âmbito escolar, essa perspectiva pode contribuir para valorizar a previsibilidade das relações, a atenção às manifestações das crianças e a construção de ambientes em que elas encontrem segurança para participar das experiências educativas.

Essa aproximação teórica precisa ser feita com cautela. A instituição de Educação Infantil não substitui a família nem os serviços especializados, e o trabalho pedagógico não deve ser confundido com intervenção clínica. Ainda assim, a escola pode organizar relações respeitosas, rotinas compreensíveis, propostas adequadas e formas de acolhimento que favoreçam a participação infantil. Quando a equipe percebe uma necessidade que ultrapassa suas atribuições, cabe dialogar com os responsáveis e, conforme a situação, orientar a busca por serviços ou profissionais competentes, sem apresentar hipóteses como diagnósticos.

A relação entre cuidado e educação também é central para compreender a Educação Infantil. Cuidar não significa apenas atender necessidades físicas, assim como educar não se restringe à realização de atividades dirigidas. As duas dimensões estão presentes nas interações, nas rotinas, na organização dos espaços, na escuta e no reconhecimento das necessidades das crianças. A gestão pedagógica contribui para essa articulação quando apoia os profissionais na análise das situações e promove diálogo entre as pessoas envolvidas no processo educativo.

EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO E RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

A Base Nacional Comum Curricular reafirma as interações e a brincadeira como eixos estruturantes das práticas pedagógicas na Educação Infantil e estabelece direitos de aprendizagem e desenvolvimento, como conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Essa orientação reforça que a criança deve ser considerada em sua integralidade e que as práticas educativas precisam criar condições para sua participação.

ISSN: 2358-8829

A análise das necessidades infantis, portanto, deve estar relacionada ao direito de aprender e se desenvolver, e não a uma lógica de comparação.

A parceria entre escola e família é parte importante desse compromisso, mas não se constrói apenas por meio de comunicados ou recomendações. Ela depende de comunicação compreensível, escuta mútua, respeito às diferentes experiências e clareza sobre as responsabilidades de cada parte. A escola tem o dever de compartilhar observações pertinentes ao percurso educativo e de garantir práticas pedagógicas adequadas.

A gestão pedagógica atua como mediadora dessa relação ao criar oportunidades de conversa, acompanhar os desdobramentos possíveis e articular os profissionais da instituição. A orientação não deve ser apresentada como imposição, nem o acolhimento pode significar omissão diante de necessidades relevantes. A tensão entre essas duas dimensões constitui um desafio cotidiano: é necessário comunicar preocupações com clareza, preservar a dignidade dos envolvidos e buscar encaminhamentos compatíveis com as atribuições da escola.

A ESCUTA DAS FAMÍLIAS E AS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO

A experiência relatada evidenciou situações em que as percepções da equipe escolar sobre determinadas necessidades das crianças não coincidiam inteiramente com as interpretações apresentadas por alguns familiares. Em alguns casos, comportamentos observados no ambiente escolar eram compreendidos pelas famílias como características da idade ou como situações que poderiam passar com o tempo. Também houve relatos familiares de que comportamentos semelhantes tinham ocorrido durante suas próprias infâncias. Esses elementos são considerados aqui como expressões de diferentes referências e experiências, e não como prova de desinteresse ou negligência por parte das famílias.

A diferença de interpretação pode tornar o diálogo mais complexo. Para a equipe pedagógica, compartilhar uma preocupação pode parecer uma ação necessária para ampliar o acompanhamento da criança; para o familiar, a mesma conversa pode gerar dúvida, receio ou a sensação de estar sendo avaliado. Esse cenário reforça a importância de apresentar observações específicas, explicar em que situações elas ocorrem e abrir

ISSN: 2358-8829

espaço para que a família compartilhe o que percebe em outros contextos. A escuta, nesse sentido, não é uma etapa meramente cordial, mas uma estratégia que ajuda a construir uma compreensão mais ampla da situação.

A experiência também sugere que as orientações nem sempre são compreendidas ou incorporadas de imediato. Em vez de interpretar essa ausência de continuidade como simples resistência, é importante reconhecer que a adesão pode depender de fatores diversos, que não foram sistematicamente investigados neste relato. A escola pode, contudo, rever a clareza de sua comunicação, verificar se as recomendações foram compreendidas, oferecer oportunidades de retorno e distinguir aquilo que está sob sua responsabilidade daquilo que depende de outros serviços ou de condições externas.

Essa reflexão dialoga com a perspectiva histórico-cultural, pois reforça que o desenvolvimento e a aprendizagem precisam ser compreendidos em contextos de interação. Também convida a gestão a evitar uma oposição simplificadora entre conhecimento profissional e experiência familiar. A escola possui responsabilidade pedagógica para observar e comunicar necessidades, enquanto os familiares possuem conhecimentos sobre a história e a vida cotidiana da criança. O diálogo entre essas perspectivas não elimina diferenças, mas pode ampliar os elementos disponíveis para compreender e acompanhar cada situação.

OBSERVAÇÃO PEDAGÓGICA

Entre as situações relatadas, havia crianças na faixa etária de cinco a seis anos que apresentavam dificuldades de concentração, de permanência nas atividades e de autorregulação do comportamento. Em alguns momentos, as próprias crianças verbalizavam que não conseguiam manter a concentração ou concluir determinada proposta. Essas manifestações chamavam a atenção da equipe e exigiam cuidado na interpretação, pois a observação escolar, embora importante, não permite determinar isoladamente as causas de uma dificuldade.

Uma contribuição relevante da gestão é ajudar a transformar impressões gerais em observações pedagógicas mais precisas. Em vez de definir uma criança por expressões como “não presta atenção” ou “não consegue se comportar”, a equipe pode descrever o que ocorreu, em qual atividade, por quanto tempo foi possível observar e quais apoios foram oferecidos, desde que tais registros sejam efetivamente realizados. Essa forma de

ISSN: 2358-8829

comunicação reduz julgamentos e favorece conversas centradas nas necessidades de participação e aprendizagem.

A perspectiva de Vygotsky contribui para perguntar quais mediações, interações e condições da atividade podem favorecer a participação da criança. A discussão não consiste em responsabilizar exclusivamente o ambiente escolar, mas em reconhecer que as práticas pedagógicas também precisam ser analisadas. Da mesma forma, a contribuição de Winnicott convida a considerar a segurança emocional e a qualidade das relações, sem transformar essa referência em explicação clínica para comportamentos particulares.

A comunicação com as famílias deve preservar essa mesma cautela. É possível relatar o que a equipe observa e explicar por que considera importante acompanhar determinada situação, sem apresentar uma hipótese como certeza. Quando houver indicação de avaliação por profissional ou serviço especializado, a escola pode orientar a família sobre a possibilidade de buscar atendimento, respeitando as atribuições de cada área e evitando que o encaminhamento seja usado como forma de afastar a responsabilidade pedagógica.

ARTICULAÇÃO PROFISSIONAL, ACOMPANHAMENTO E LIMITES DA ATUAÇÃO ESCOLAR

Na experiência descrita, a atuação da gestão envolveu conversas individuais com familiares, orientações sobre cuidado e desenvolvimento infantil, articulação com professores, acompanhamento posterior e encaminhamentos a outros profissionais ou serviços quando pertinentes. A escuta e o acolhimento antes da orientação foram dimensões importantes desse trabalho. Essas ações indicam que a gestão pedagógica pode funcionar como ponto de articulação, favorecendo a circulação de informações relevantes entre os sujeitos que acompanham a criança, sempre com atenção à privacidade e aos limites de compartilhamento.

A articulação entre profissionais não significa que todos devam acessar indiscriminadamente informações familiares. É necessário compartilhar apenas o que for pertinente ao acompanhamento educativo, preservar a confidencialidade e manter o foco nas necessidades da criança. Além disso, o encaminhamento não encerra a responsabilidade da escola: cabe continuar oferecendo condições pedagógicas de

ISSN: 2358-8829

participação e aprendizagem e manter a comunicação necessária com a família, sem assumir funções que competem a profissionais externos.

A continuidade do acompanhamento constitui um desafio porque as orientações podem produzir efeitos diferentes conforme as condições e possibilidades de cada família. A experiência não permite afirmar quais fatores determinaram cada resposta familiar, nem medir a eficácia das estratégias utilizadas. Ainda assim, permite reconhecer que uma orientação isolada pode ser insuficiente e que a gestão precisa considerar formas viáveis de retomar o diálogo, esclarecer dúvidas e revisar conjuntamente os encaminhamentos, quando isso for possível.

É importante, também, reconhecer os limites institucionais. A escola pode identificar necessidades pedagógicas, construir estratégias educativas, dialogar com responsáveis e articular-se com a rede de serviços. Entretanto, não pode, sozinha, resolver desigualdades sociais ou garantir acesso imediato a todos os recursos necessários.

ENTRE ORIENTAR E ACOLHER: APRENDIZAGENS PARA A GESTÃO PEDAGÓGICA

A principal aprendizagem que emerge da experiência é que orientar e acolher precisam ser compreendidos como dimensões complementares. Acolher não significa deixar de comunicar preocupações sobre o desenvolvimento; orientar não significa impor uma interpretação ou desconsiderar a experiência dos familiares. A atuação da gestão exige construir um espaço em que seja possível falar sobre necessidades, dúvidas e desafios sem reduzir a criança a um comportamento nem a família às dificuldades que enfrenta.

Essa postura também exige reflexividade profissional. diante de uma situação que provoca preocupação, é importante perguntar quais elementos foram efetivamente observados, que interpretações estão sendo feitas, quais informações ainda faltam e que ações são possíveis no âmbito pedagógico. Essa distinção entre observação e interpretação fortalece a ética da prática, porque evita conclusões precipitadas e abre espaço para a revisão de entendimentos. Também contribui para que o diálogo com as famílias seja mais objetivo e menos marcado por julgamentos.

ISSN: 2358-8829

Outro aprendizado refere-se à importância de reconhecer a família como parceira, mesmo quando há divergências de compreensão ou quando uma orientação não tem continuidade imediata. A parceria não exige concordância automática, mas compromisso com a comunicação e com a busca de possibilidades para apoiar a criança. A gestão pode contribuir ao organizar tempos de conversa, apoiar os professores na comunicação com os responsáveis e favorecer a articulação com serviços pertinentes, sempre dentro das condições reais da instituição.

Por fim, a experiência reforça que a qualidade da relação escola-família não deve ser avaliada apenas pela rapidez com que os familiares respondem às orientações. É necessário considerar a qualidade da comunicação, a clareza das informações, o respeito às pessoas envolvidas e a continuidade possível do acompanhamento. Essa compreensão não elimina os desafios do cotidiano, mas oferece um princípio de ação: manter a criança e seus direitos no centro das decisões, sem transformar a vulnerabilidade social em rótulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato teve como objetivo analisar como a gestão pedagógica pode articular acolhimento, orientação e acompanhamento das famílias diante de demandas relacionadas ao cuidado, à aprendizagem e ao desenvolvimento infantil em uma instituição de Educação Infantil situada em contexto de vulnerabilidade social. A reflexão sobre as situações vivenciadas indica que esse trabalho requer mais do que comunicar preocupações: exige escuta, clareza, respeito às diferentes experiências e disposição para construir uma relação de parceria.

As situações relatadas evidenciaram diferenças entre as interpretações da equipe escolar e as de alguns familiares acerca de comportamentos e necessidades das crianças. A análise não permite atribuir essas diferenças a uma causa única, nem generalizar os achados para outras famílias ou instituições. Ela permite, contudo, reconhecer a importância de não transformar interpretações distintas em julgamentos morais e de construir formas de comunicação que favoreçam a compreensão compartilhada das necessidades infantis.

O diálogo com Vygotsky, Winnicott e as orientações da BNCC ajudou a situar a experiência em uma concepção de desenvolvimento integral, que considera as interações sociais, a segurança emocional, o cuidado e o direito à aprendizagem. Essas referências

reforçam a importância de observar as crianças em contexto, oferecer mediações pedagógicas e preservar os limites entre a atuação educativa

Como contribuição para a prática, o relato destaca a escuta das famílias, a descrição cuidadosa das observações pedagógicas, a continuidade possível do acompanhamento e a articulação entre profissionais como dimensões relevantes da gestão. Também reconhece limites: trata-se de uma experiência situada, sem instrumentos padronizados ou dados quantitativos que permitam medir resultados. Pesquisas futuras podem aprofundar como gestores e professores constroem estratégias de comunicação com famílias em diferentes contextos, respeitando os procedimentos éticos e metodológicos pertinentes.

Conclui-se que a relação entre orientar e acolher não deve ser tratada como uma escolha entre duas ações. A gestão pedagógica comprometida com os direitos das crianças precisa sustentar ambas: comunicar de maneira responsável aquilo que observa e, ao mesmo tempo, reconhecer a dignidade, os saberes e as condições concretas das famílias. Essa postura contribui para uma Educação Infantil que procura compreender as necessidades das crianças sem culpabilizar os sujeitos e que assume a parceria como processo contínuo, construído no cotidiano.

Palavras-chave: Gestão pedagógica; Educação Infantil; Vulnerabilidade social; Relação escola-família.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 28 out. 2026.

KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília, DF: MEC, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1991.

WINNICOTT, Donald Woods. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.